

A Influência de Slavoj Žižek no Texto *Nuevas Reflexiones Sobre La Revolución De Nuestro Tiempo*, de Ernesto Laclau

Camila Batista

Pontificia Universidade Católica do Paraná

Horacio Lújan Martínez

Pontificia Universidade Católica do Paraná

1 Introdução

Nosso estudo acerca da influência do artigo *Mas allá del Analisis del Discurso* de Slavoj Žižek (2000) buscará apresentar um panorama entre a obra base para a crítica, o texto *Hegemonia e Estratégia Socialista* (HES), e seu reflexo na obra de 1992 de Ernesto Laclau *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* (NR). Para que seja possível acompanharmos o desenvolvimento desta questão, optamos por separar a exposição em dois momentos distintos: o primeiro momento estará voltado para a análise do artigo de Žižek, tendo como chave de leitura e contraponto o texto de Ernesto Laclau (1935-2014) e de Chantal Mouffe, HES, com o objetivo de delinear o terreno de estudo do comentador que tem por base a psicanálise lacaniana; o segundo momento consistirá na exposição de dois conceitos encontrados em NR: “posição de sujeito” (*subject positions*) e “antagonismo” (*antagonism*), mas também da noção de “deslocamento” (*dislocation*)¹, fundamental para que seja possível esboçarmos uma compreensão da dimensão social e ontológica do sujeito laclauiano.

2 Teoria do discurso: limitações

A teoria do discurso elaborada no texto *Hegemonia e Estratégia Socialista* (HES), publicado em 1985 por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, foi tema de um artigo publicado por Slavoj Žižek em 1992², como apêndice do escrito *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* (NR) de Laclau. A principal leitura, segundo Žižek, do texto de 1985, é a de que HES é um texto de ideias pós-estruturalistas básicas: não há significado transcendental e, portanto, a “realidade” é uma construção discursiva, bem como toda identidade dada, incluindo a do sujeito, é um efeito de relações diferenciais contingentes (Žižek, 1992, p. 168, tradução nossa). A desconstrução da esquerda

¹Deslocamento, no espanhol e no inglês pode ser *Dislocation/dislocación* ou *Displacement/desplazamiento*. O primeiro termo refere-se à emergência “de eventos que não podem ser domesticados, simbolizados ou integrados a um discurso”, desestabilizando-o; o segundo, “envolve a transferência de um significado de um momento discursivo particular para outro” o segundo significado faz referência à uma relação de sobredeterminação, temática à qual não nos ateremos; utilizar o termo *dislocation* não é uma opção, mas sim a afirmação de seu caráter referente ao conceito lacaniano de real (Torfing, 1999, tradução nossa).

² O texto original, *New reflections on The Revolution of Our Time*, foi publicado em 1990.

marxista, a partir de textos como de Rosa Luxemburgo, são lidos sob uma ótica que busca o momento em que a teoria não apenas não se fechava, mas que demonstrava a fragilidade de um plano voltado demasiadamente à teoria, debilitando o processo de emancipação almejado pela classe trabalhadora. Para Žižek, o grande avanço dos autores de HES para a teoria política contemporânea é a concepção de “antagonismo social”, na medida em que o campo “sócio-simbólico” e da teoria do discurso é concebido como “estruturado em torno de uma certa traumática impossibilidade, de uma fissura que não pode ser simbolizada” (Žižek, 2000, p. 169, tradução nossa)³.

Primeiramente: o comparativo com o real lacaniano⁴ – seguido da alegação de que Laclau e Mouffe (1985) reintroduzem essa noção como ferramenta de compreensão do campo social – permite a Žižek avançar na concepção de sujeito que a teoria do antagonismo social (estruturado a partir de uma impossibilidade central) remete. Se por um lado Žižek elogia os avanços conquistados por Laclau e Mouffe no que diz respeito ao desenvolvimento do conceito de “hegemonia” (*hegemony*), por outro lado também aponta para o tratamento considerado por ele insatisfatório no que diz respeito ao conceito de sujeito.

Para Žižek, em HES Laclau e Mouffe se dirigem

Basicamente a atacar a clássica noção do sujeito como uma entidade substancial e essencial, dada de antemão, que domina a totalidade do processo social e que não é produzida pela contingência do próprio processo discursivo: contra essa noção, os autores afirmam que o temos é uma série de posições particulares de sujeito (feminista, ecologista democrática...) cuja significação não está fixada a priori: mudam segundo o modo em que são articuladas em uma série de equivalências através do excedente metafórico que define a identidade de cada uma dessas posições. [...] na medida em que a identidade de cada uma das posições antes mencionadas está marcada com o excedente metafórico das outras posições, nesse caso podemos dizer que algo tal como uma posição de sujeito foi construída: ser um democrata significa ao mesmo tempo ser feminista, etc. (Žižek, 2000, p. 170, tradução nossa).

Esta referência exige o retorno ao texto de Laclau e Mouffe para que seja possível compreender o que são posições de sujeito e o que é um excedente metafórico. A primeira premissa da qual devemos partir é a de que o sujeito não é a origem das relações sociais, na medida em que a

³ O texto de Žižek, como apontamos, foi publicado como apêndice em NR, entretanto, utilizamos o mesmo texto retirado de sua reedição, em 2000, presente no compilado organizado por Benjamin Ardití. Cf. Laclau (1990).

⁴ O “real” na teoria lacaniana possibilitou perceber a distinção entre aquilo que se repete e aquilo que se apresenta sempre como novo. Nos deteremos agora a explicar como o real está presente na estrutura da linguagem, porém de modo indeterminado, pois o real para Lacan é aquilo que foge de qualquer simbolização, necessitando da simbolização mesma para que seja “presentificado”. Em outros termos, o real caracteriza uma ausência, algo que não pode ser articulado. Podemos usar o exemplo da religião católica: para tornar o Cristo presente, é necessário um tipo de rito no qual a simbolização permita àqueles que creem tornar presente o Cristo ausente. Devemos ressaltar que o papel do sujeito aparece aqui como “aquele que crê”; se não houver fiéis, não há religião, se não há sujeito, não há crença. Como já adiantamos, não há como fixar um único sentido para o real, na medida em que o campo da simbolização, da articulação, da possibilidade e do constante esforço em tornar presente o ausente, é contingente. Isso significa que a simbolização é incessante e constantemente diferente, pois não pode ser determinado. A relação encontrada entre Ernesto Laclau e o real lacaniano consiste no processo em que, justamente pela possibilidade de um significado diferente, pelo constante deslocamento de sentido, a estrutura não pode ser fechada, seja ela o fim do tratamento de um paciente através da análise ou, em termos políticos, uma sociedade plenamente constituída. Cf. Almeida (2005).

referência ao sujeito é sempre referência à uma “posição de sujeito”, situado no interior de uma estrutura discursiva. No discurso, a significação mesmo que temporária dos elementos em momentos não abrange toda a diferença contida em um sujeito, senão que é justamente pela precariedade do sentido que é possível ter uma identidade, a qual, por sua vez, é temporária e contingente tanto quanto o discurso no qual o sujeito está inserido. A essa precariedade referente à identidade Laclau e Mouffe denominam *posição de sujeito* (Laclau e Mouffe, 2015, p. 182).

Um “mesmo” sujeito pode constituir-se em diferentes posições de acordo com as configurações que em cada caso delimitem sua identidade, enquanto não se pode falar da *essência* ou da *substância* do sujeito (por exemplo, o “indivíduo natural” do liberalismo ou a “essência do proletariado” em algumas vertentes do marxismo, ou da “mulher” ou dos “pobres” em certas vertentes que guiam a prática dos trabalhadores sociais). Consequentemente, sua identidade e seus caracteres distintivos se delimitarão *em cada contexto* discurso (Etchegaray, 2011, p. 186, grifos do autor, tradução nossa).

Sendo a posição de sujeito discursiva seu caráter é aberto, impossível de ser determinado em um sistema de diferenças (Laclau e Mouffe, 2015, p. 190-191).

Ao analisar, por exemplo, o conceito de “Homem” enquanto representante do humanismo, Laclau e Mouffe argumentam que, se considerado não como uma essência, mas como uma produção “do sujeito humano – isto é, portador de uma identidade humana sem distinções” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 192) – é possível encontrar não a genealogia do conceito de “Homem”, mas o que a articulação deste conceito visava: neste caso, a supremacia da “classe proprietária, por exemplo, ou (d)a população masculina” (*ibid*).

Laclau denota a importância do conceito enquanto ponto nodal unificador, na medida em que possibilitou, em sua época, um avanço na humanização de práticas sociais. As condições de possibilidade do discurso, enquanto fixação parcial de sentido, resultam do campo da discursividade, o qual pode interromper por sua infinitude de sentidos aquele que foi fixado, como por sua vez foi o mesmo a permitir a formação inicial do discurso enquanto tal. A centralidade de um discurso não é definida por uma essência e fixada totalmente. A centralidade é pensada a partir de pontos de significação, privilegiados de acordo com a articulação do discurso.

Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de *pontos nodais* (Lacan insistiu nessas fixações parciais através do seu conceito de *point de capiton*, isto é, de significantes privilegiados que fixam o sentido de uma cadeia significante. Esta limitação da produtividade da cadeia significante estabelece as posições que tornam possível a predicação – um discurso incapaz de gerar qualquer fixação de sentido é o discurso do psicótico) (Laclau e Mouffe, 2015, p. 187).

Tendo como ponto nodal o conceito privilegiado “Homem”, quais foram as consequências de sua utilização a longo prazo? Quem foram os favorecidos por esta utilização? O que fica de fora quando a identidade “Homem” é fixada? As respostas já estão, de certa forma, dadas nas linhas anteriores: o conceito “Homem” tornou possível a disseminação de práticas voltadas para a proteção da vida humana; entretanto, a vida humana era a vida do Homem branco e proprietário: mulheres de

classes distintas, para citar apenas um exemplo, não tiveram seus direitos incluídos nesta demanda. Para fixar a identidade “Homem”, foi necessário deixar de lado todo e qualquer excesso que não se encaixasse naquele ponto nodal. O conceito “Homem” (com H maiúsculo) possuiu estatuto de essência, o qual lhe conferiu um caráter inquestionável; a análise e desconstrução do conceito pretendem apontar que existiu a produção do mesmo, o qual conseqüentemente produz também seu excesso, um “feminino” que é subordinado a ele; essa produção consiste na reprodução de um “imaginário” no qual a mulher é dependente, “feminizada” e submissa ao homem enquanto figura de poder (o conceito de poder recebeu mais atenção em NR, ao qual retornaremos mais adiante). Entretanto, ao falar de uma “posição de sujeito”, Laclau e Mouffe procuram retirar o *status* de “presença” no poder, imbatível e inquestionável. Não há essências: há sujeitos em posições de dominação; não há identidade plena, há identidades políticas que se articulam de acordo com a demanda, não há O sujeito em HES, há posição de sujeito dentro de uma estrutura discursiva, a qual “constitui e organiza as relações sociais” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 167).

O papel do “ponto nodal” é o de articular o conceito – anteriormente essencial, e agora, considerado no campo aberto do discurso, hegemônico –, como por exemplo, de “classe operária”, que significa “ao mesmo tempo uma ficção e um princípio de organização” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 195). Esta “presença” nunca está de fato presente; o que esta presença faz é ser quem os representados – a classe trabalhadora – precisam, hegemonomizando seus interesses e organizando-os de maneira a realizar aquilo que a identidade dos representados demanda, pois “a prática política constrói os interesses que ela representa” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 197).

A ficção ligada ao suposto privilégio da classe trabalhadora como único agente histórico/político, não é exposta, mas configura a classe operária como agente privilegiado de ação política emancipatória. No entanto, como já explicamos, a “classe operária” só é o que é em relação ao “capital”; portanto o caráter de sua identidade é relacional. Se não há totalidade fundante e totalidades podem ser pensadas somente a partir de uma prática articulatória, há somente diferenças, pois “o discurso – como estrutura significativa – é uma totalidade relacional ou um *sistema de diferenças* no qual a identidade dos elementos é puramente relacional” (Etchegaray, 2011, p. 184, grifos do autor, tradução nossa). Devemos considerar “as diversas ‘ordens sociais’ como precárias e, em última instância, tentativas fracassadas de domesticar o campo das diferenças” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 178). A teoria do discurso faz referência a um sentido enquanto compreensão do social, como totalidade fundante de processos dos quais a significação é responsável, postulando que é o discurso que torna possível significar um campo no qual só há diferenças. O modo pelo qual o discurso atua é pelas práticas articulatórias, as quais são responsáveis por articular as diferenças, de modo que a configuração das mesmas é transitória, contingente e é compreendida como um processo parcial de significação, pois “tanto as identidades quanto as relações perdem seu caráter necessário” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 185). O que resta, portanto, é o caráter relacional de toda identidade.

Se há sujeitos posicionados para representar uma demanda, o que fica de fora de tal representação faz parte da mesma, na medida em que uma depende da outra – dado seu caráter relacional – para fixar uma identidade contingente, ao passo em que o complexo relacional de diferenças está inscrito no “campo da discursividade”, no qual todo e qualquer excesso, toda diferença que não estiver articulada em determinado discurso, flutua, pois tal excesso “determina o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de qualquer discurso dado implementar uma sutura final” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 186). Chamaremos de significantes

flutuantes a todos os momentos que não estiverem articulados sob um ponto nodal, ou seja, que não fizerem parte da cadeia de significação, de determinada totalidade discursiva, mas que estejam no campo da discursividade (Laclau e Mouffe, 2015, p. 188). Se há diferenças articuladas, há por sua vez diferenças que não estão flutuando mas que não estão significas como partes interiores à totalidade discursiva. Para que compreendamos o que é caráter relacional, é necessário que o conceito de antagonismo enquanto impossibilidade seja apresentado.

A experiência do limite da objetividade é denominada por Laclau e Mouffe como *antagonismo* (1985, p. 198). O antagonismo não é uma contradição e não é, tampouco, uma oposição real na medida em que, para que assim o fosse, estaríamos no nível da consideração de identidades plenamente constituídas⁵. Na relação antagônica “a presença do “Outro” me impede de ser plenamente eu mesmo” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 202), ou seja, impede que eu me constitua como uma identidade determinável, como uma essência. Enquanto há algo que impede que eu possa *ser* plenamente, o Outro que me antagoniza tem por impedimento o meu eu e na medida em que nos negamos mutuamente, afirmamos, ao mesmo tempo, nossas respectivas identidades. O meu eu é relativamente eu na medida em que o outro é outro em relação a mim.

Alegar que o outro que me antagoniza é “excedido por uma pluralidade de sentidos que impedem que ele se fixe como uma positividade plena” é condizente com o que Žižek chama de “excesso metafórico”, pois “se a linguagem é um sistema de diferenças, o antagonismo é o fracasso da diferença: neste sentido, ele se situa nos limites da linguagem e só pode existir como uma interrupção desta – ou seja, como metáfora” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 202). Antes que seja possível avançarmos a explicação sobre o excesso metafórico, consideramos indispensável nos deter sobre o conceito de positividade, para que nossa exposição ganhe em profundidade e clareza.

Assumindo “o social como um espaço não suturado, como um campo no qual toda positividade é metafórica e passível de subversão”, as condições que possibilitam o antagonismo podem ser descritas como positivas, mas o antagonismo não se reduz a tais condições (Laclau e Mouffe, 2015, p. 203-204). Mas, “como compreender que no antagonismo, a negatividade como tal assume uma existência positiva?”. Para fazê-lo, Žižek diferencia antagonismo como luta entre identidades precárias pela sua plena constituição e antagonismo puro, como “externalização de minha auto-negatividade, de minha auto-obstaculização em relação a mim mesmo” (Žižek, 2000, p. 172, tradução nossa).

Compreender o antagonismo como luta entre identidades é alegar que “em uma relação antagônica a positividade de “nossa” posição consiste somente na positivação da relação negativa com o outro, e, portanto, a coerência de nossa posição reside no fato de estarmos negando o outro, e o “nós” é o impulso de abolir o outro que impede que “nós” nos realizemos; assim considerado, cada posição antagônica é somente sua relação negativa com a outra” (Žižek, 2000, p. 173, tradução nossa), um “nós” *versus* “eles”. Entretanto, se considerarmos o conceito de antagonismo “puro”, no sentido de uma negatividade que assume uma positividade, o outro é, então, “em sua positividade, sua presença fascinante” (*ibid*), a positivação de nossa relação negativa a respeito de nós mesmos, a “encarnação positiva de nosso próprio autobloqueio”. Enquanto no primeiro caso a relação pode ser considerada simétrica – visto que é uma relação de tendência mútua à aniquilação –, no segundo caso, podemos

⁵ “é porque A é totalmente A que ser não-A é uma contradição [...] no caso da oposição real, é porque A é plenamente A que a sua relação com B produz um efeito objetivamente determinável” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 202).

dizer que o “homem” é a encarnação positiva do autobloqueio da luta feminista, enquanto a “Mulher” é o sintoma do “homem”. Se o simbolismo construído através da linguagem para designar uma condição, como a do “feminino”, possui seu caráter positivo presente na metáfora, o “feminino”, enquanto construção linguística, só pode ser metafórico; alegar que “as diversas formas de subordinação concreta reagem, por seu turno, contribuindo para a manutenção e reprodução deste simbolismo” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 194) é fazer menção à reprodução de uma ideologia⁶.

Para Žižek, o campo discursivo é marcado pela ideologia, e nesse campo “[...] a posição de sujeito é um dos modos em que reconhecemos nossa posição como agentes (interessados) do processo social, em que experimentamos nossa dedicação a certa causa ideológica” (Žižek, 2000, p. 170, tradução nossa). É uma posição ideológica porque acredita que, ao “vencer” a batalha, ao acabar o antagonismo entre “proletário” e “capital”, por exemplo, o proletário poderá ser de fato ele mesmo; entretanto, a plena constituição como proletário significa a abolição da relação proletário-capital, pois conceber uma identidade proletária sem o capital é eliminar a própria identidade proletária (Žižek, 2000, p. 171, tradução nossa).

O limite da objetividade consiste nessa impossibilidade de realização plena da identidade; se o ponto nodal enquanto fixação de um sentido em uma identidade é capaz de organizar certas práticas, em HES o antagonismo é a experiência que mostra a incapacidade desta identidade de se constituir plenamente, pois expõe aquilo que foi deixado de fora para que o ponto nodal se fixasse como tal: o excesso, o exterior da estrutura constituída ela mesma sobre essa exclusão.

A positividade é metafórica exatamente porque uma objetividade plena não pode ser constituída, pois “se o sujeito é construído através da linguagem, como uma incorporação metafórica e parcial numa ordem simbólica, qualquer questionamento desta ordem deve necessariamente constituir uma crise de identidade” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 204). Se o sujeito é “o desejo de uma plenitude permanentemente adiada”, e uma “categoria cindida” (Laclau, 1985, p. 198), existe para Žižek uma falta presente no próprio sujeito, pois quando se alcança a “vitória” (proletariado *versus* capital) é esse mesmo o momento da “perda” da identidade que se buscava afirmar (Žižek, 2000, p. 172, tradução nossa), caracterizando o sujeito como um sujeito da “falta”. A positividade é uma metáfora, pois nunca possuímos aquilo que perdemos, se não que o que temos é a experiência mesma da perda como falta; a identidade que buscamos positivar através da relação antagônica existe somente se não puder ser simbolizada, sendo ela mesma seu limite, sua falta.

Levando em consideração o pensamento de Žižek: a diferença entre antagonismo social e antagonismo entre posições de sujeito (antagonismo puro) é que o primeiro faz menção à realidade e o segundo, faz menção ao real lacaniano. O antagonismo social é organizado de acordo com a lógica da equivalência, a qual requer um detalhamento acerca de sua possibilidade de representação enquanto negatividade.

É porque não se pode representar uma identidade negativa de forma direta – ou seja, positivamente – que ela pode ser representada indiretamente, através de uma equivalência entre seus momentos diferenciais. Daí a ambiguidade que atravessa

⁶ A classe que detém a hegemonia dominante é a classe que pode dispor dos Aparelhos Repressores do Estado e os utiliza, é também ativa na utilização dos Aparelhos Ideológicos do Estado para a reprodução de sua mesma ideologia. Esta ideologia deve assegurar que quem está no poder permaneça no poder ao mesmo tempo que assegura que os explorados se mantenham em seu respectivo e passivo lugar. Cf. Althusser (1983).

toda relação de equivalência: dois termos para serem equivalentes, devem ser diferentes – de outro modo, haveria uma simples identidade. por outro lado, a equivalência existe apenas no ato de subverter o caráter diferencial daqueles termos. É exatamente neste ponto que [...] o contingente subverte o necessário, impedindo-o de constituir-se plenamente a si próprio. Esta não-constitutividade – ou contingência – do sistema de diferenças é *revelada* na não-fixidez que a equivalência introduz. O caráter último desta não-fixidez, a precariedade última de toda diferença, se mostrará assim em uma relação de equivalência total, onde a positividade diferencial de todos os seus termos é dissolvida. Esta é precisamente a fórmula do antagonismo, que se estabelece assim como limite do social (Laclau e Mouffe, 2015, p. 206).

A lógica da equivalência é responsável por subsumir as diferenças, as especificidades das posições de sujeito em uma equivalência que ocorre somente em relação a uma negatividade, pois a cadeia equivalencial só é possível com a afirmação daquilo que nega cada uma dessas posições de sujeito enquanto demandas sociais, ao mesmo tempo em que possibilita que estas sejam representadas, em conjunto, impede da mesma forma que o social seja objetivo, transparente, pois afirma uma negatividade inerente às relações sociais.

Por sua vez, Žižek pondera que a intenção em assumir uma posição de sujeito e buscar a subjetivação é evitar o confronto com o limite, com o trauma da impossibilidade da constituição de uma identidade plena, é a própria afirmação do “sujeito da falta”. O antagonismo puro é a experiência do auto-obstáculo e o autobloqueio, do limite interno que é o objeto mesmo do trauma. Retomando Laclau e Mouffe (1985), alegar a impossibilidade da sociedade é alegar que é impossível que qualquer identidade seja plenamente constituída, objetivada, e, conseqüentemente, simbolizada: o antagonismo subverte a positividade metafórica presente na representação do “nós”, na medida em que mostra o ponto em que esse “nós” não pode ser plenamente “nós”: “a dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa. Se a sociedade não é totalmente possível, tampouco é totalmente impossível” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 207).

As proposições de Žižek acerca do sujeito expõem a concepção lacaniana de “sujeito da falta”⁷. O sujeito da falta lacaniano é o sujeito de uma “falta-a-ser”, a qual tem em seu centro um desejo a ser saciado, mas que não possui objeto definido e, portanto, é esse mesmo objeto que é sugerido como o outro no qual projetamos a impossibilidade de nos completarmos. A noção de antagonismo em Laclau era definida como o limite da significação, assim como as posições de sujeito marcam a possibilidade da desconstrução de uma identidade política considerada pelos autores de HES como auto-definida. A segunda parte de nossa exposição, voltada para algumas concepções de NR, buscará demonstrar como o tema foi abordado neste texto, buscando identificar a influência da provocativa de Žižek no texto de Laclau.

3 Deslocamento e poder

O contexto histórico no qual o texto de 1992 *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* foi escrito (final dos anos 90) teve seu desenvolvimento sob os reflexos do fim da segunda

⁷ Sobre o sujeito lacaniano, Cf. Fink (1998).

guerra mundial e a revolução russa, no que tange o papel da “encarnação” de um agente histórico de mudança social. O objetivo principal da obra é reformular um programa político para a esquerda, a qual, segundo Laclau, não pode “minimizar a profundidade das revisões que são necessárias sobre os pressupostos nos quais se embasava o discurso tradicional da esquerda” (p. 11-12). Ao fazê-lo, o caráter de agente histórico da mudança social do proletariado enquanto unidade é revisado e conseqüentemente reformulado de acordo com o método, já presente em HES, de “focalizar certas categorias discursivas que, à primeira vista, pareciam ser pontos de condensação privilegiados de muitos aspectos da crise” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 53).

Ao questionar o local privilegiado do proletariado como agente revolucionário (agente da mudança social), Laclau discute a abertura – abertura esta proveniente da Segunda internacional (Laclau e Mouffe, 2015) – que a política deve ter além de seu vínculo com as determinações que antes remetiam ao processo econômico; ao repensar o caráter do proletariado como sujeito universal encarnado e determinado *a priori* pelas condições econômicas, Laclau conjectura sobre as conseqüências desta abertura, pois a inversão deste processo pode resultar em uma multiplicidade de sujeitos: “a radicalidade de uma política não será o resultado da emergência de um sujeito que possa encarnar o universal, mas a expansão e multiplicação de sujeitos fragmentários, parciais e limitados que entram no processo coletivo de tomada de decisões” (Laclau, 1992, p. 14, tradução nossa).

Até então, NR parece condizente com o projeto de HES de repensar os parâmetros da esquerda marxista, questionando as bases sob as quais a teoria da esquerda vem sendo pensada principalmente no início do século XX; entretanto, ao dar ênfase à questão do sujeito, alguns conceitos emergem com mais força nesta obra do que na primeira.

No presente estudo, o conceito de “deslocamento” é explicado de acordo com seu papel de condição de possibilidade e impossibilidade da existência de um centro de poder que, para possibilitar a ampliação das lutas antagônicas, deve ser constantemente deslocado. Nosso recorte, portanto, é referente à primeira parte de NR, voltado para uma discussão a partir da qual se possa construir uma nova perspectiva para pensar a política, ao mesmo tempo em que é nesta mesma parte que a influência do texto de Žižek pode ser observada (Laclau, 1992, p. 16, tradução nossa).

Começemos dando atenção à diferença que Laclau aponta entre a questão do antagonismo das relações de produção em uma comparação com a dialética hegeliana, para compreendermos a amplitude que tanto o conceito de antagonismo quanto a questão do sujeito de ação política receberam em NR.

Tudo depende de poder mostrar que o antagonismo inerente às relações de produção (o conflito entre trabalho assalariado e capital, por exemplo) é uma contradição, e que esse antagonismo é inerente às relações de produção. [...] em primeiro lugar, porque é somente a forma dialética da contradição a que assegura que o antagonismo possa ser concebido como movimento interno do conceito e não como relação contingente de poder entre seus dois polos. Para que a história possa ser apropriada conceitualmente como processo radical e coerente, o antagonismo deve ser reduzido a uma contradição (Laclau, 1992, p. 24).

Esta passagem deixa claro que o papel do antagonismo tal qual foi concebido em HES não tem sentido em uma concepção dialética⁸ da história. Como dissemos, para que haja contradição, é necessário que as identidades – proletariado/capital, por exemplo – estejam previamente dadas, sendo dependentes de uma objetividade na qual possam, como duas positivities, entrar em contradição. Para Laclau, um antagonismo não é necessariamente contraditório na medida em que sua resolução não depende de uma história predeterminada, onde as conexões entre relações de produção e forças produtivas são internamente dependentes, constituindo uma relação de necessidade entre estas instâncias, mas sim, de uma história fatural, contingente e imprevisível (*ibid*).

O papel que desempenha o sujeito em uma concepção “determinista” é secundário, pois, para Laclau (1992, p. 26) a relação capital/operário não se configura como uma relação de resistência, mas como venda da força de trabalho e a extração da mais-valia por parte do patrão, relação esta que coloca o trabalhador em um lugar determinado: o de vendedor da força de trabalho; o sujeito é considerado em uma relação econômica com seu patrão, mas não em uma relação política antagonica. A condição de possibilidade do antagonismo nesta relação não pode ser encontrada conquanto a base sobre a qual o sujeito é determinado não for questionada, sendo esta a determinação do sujeito pela relação estritamente econômica com o patrão, ou mesmo a determinação do lugar ocupado pelo sujeito do proletariado. Devemos questionar qual o tipo de relação está em jogo nesta concepção e quais as identidades e suas determinações que estão “dadas” para formularmos as condições de possibilidade – ou impossibilidade – do antagonismo.

Esse processo de determinação ao qual nos referimos é o que Laclau determina como o racionalismo presente no *Prefácio*⁹ de Karl Marx, o qual é posto em comparação com o conceito de antagonismo, para que pudesse ser submetido ao questionamento acerca da possibilidade da inserção do antagonismo tal qual pensado por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau em HES e sua inserção na concepção de “história” presente no texto de Marx. Entretanto, o que se averigua é que 1) o antagonismo não é condizente com as concepções marxistas presentes no *Prefácio* (pois o antagonismo não possui determinação alguma senão a determinação de que é constituído por meio de relações contingentes equivalenciadas) e 2) a condição de possibilidade do antagonismo é a resistência do sujeito (não encontrada em uma relação de venda de força de trabalho) e a contingência de um exterior constitutivo (exterior em Marx encontrado como *lumpenproletariat*¹⁰, mas não como condição *sine qua non* de existência do proletariado ou da teoria de Marx em geral).

O sistema histórico racionalista, como método de inteligibilidade da estrutura histórica (ou seja, como possibilidade de uma leitura transparente da história) desenvolvido por Marx, não tem

⁸ A noção de negatividade utilizada por Laclau não é a mesma que a da dialética hegeliana: na noção hegeliana, a negatividade é necessária enquanto o momento negativo é necessário na implementação interna do conceito e está destinado a ser reabsorvido em uma *Aufhebung* (Laclau, 1992, p. 43).

⁹ A identidade proletária seria essencialmente homogênea, tanto quanto a essência “sistema capitalista”, admitindo apenas variações empíricas e acidentais. Cf. Laclau (1992, p. 21-60).

¹⁰ “Em O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1852), Marx refere-se ao lumpemproletariado, termo que traduz o alemão *lumpenproletariat*, como “o lixo de todas as classes”, “uma massa desintegrada”, que reunia “indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeteiros recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos”, etc., [...]. O principal significado da expressão *lumpemproletariado* não está tanto na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato de ela chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa “desgovernada”, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários”. Cf. Bottomore (1988, p. 354).

espaço para a indeterminação ou para a contingência por ser um sistema fechado, ou para um exterior constitutivo como fator de resistência e, conseqüentemente, para o antagonismo.

O desenvolvimento das forças produtivas – no caso, do proletariado como agente da revolução contra o capital – não é um movimento de resistência contra um poder hegemônico constituído de modo contingente sob a precariedade de uma sociedade aberta: o desenvolvimento das forças produtivas é considerado como o fundamento racional da história¹¹, a possibilidade de leitura da sociedade capitalista e de seu colapso a partir da revolução do proletariado como teleologia. Se o antagonismo é uma exterioridade constituinte, este não pode ser reconduzido a uma racionalidade/sistematização, na medida em que uma de suas condições de possibilidade é o fator contingente das relações de equivalência. O sujeito do proletariado, dependente de determinações econômicas devido à relação infraestrutura/superestrutura, deve ser repensado quando estas determinações não são mais condições de possibilidade da compreensão do campo social – não mais em um paradigma racionalista, mas em relação ao antagonismo, às lógicas da equivalência e do processo de articulação das relações que conduzem à formação de um sujeito não aprioristicamente determinável.

Para que o antagonismo seja possível, ao contrário de uma determinação do sujeito do proletariado e da luta de classes como fundamento racional da história, que dota o proletariado como único sujeito de capacidade emancipatória, o sujeito do antagonismo pode apenas ser concebido como contingência.

Esta concepção não é pessimista – conclusão a que se pode chegar se se considera a teleologia do fim da luta de classes como paz atingida pelo progresso da humanidade. Pensar um sujeito a partir da contingência significa pensar um sujeito que não está determinado pela luta preestabelecida referida a uma noção de sociedade determinada. Deste modo não se nega a importância das lutas organizadas em torno da tensão econômica, mas, ao invés de conceder-lhe primazia, leva-se em consideração que as identidades dos sujeitos não se limitam a uma proletarização como efeito da mera contraposição a uma classe burguesa, por exemplo. Assim, é em função desta abertura do campo social que se torna possível que emergjam do campo histórico identidades que, em função desta indeterminação das relações sociais, não sejam uma simples expressão de uma completa determinação racional, mas, diferentemente, de sujeitos que, não possuindo identidades determinadas, expandem o campo da ação política¹².

Para Laclau, (1992, p. 35) o antagonismo possui um caráter “revelatório”, capaz de *mostrar* a contingência de uma identidade ao expor o exterior que, ao se constituir, tal identidade deixou de fora: o antagonismo mostra¹³ (no sentido estrito do termo), portanto, a impossibilidade última de uma

¹¹ “Não há o que poderíamos chamar “uma objetividade estrutural básica”, dentro da qual “flui” a história, senão que essa mesma estrutura é histórica. E é histórico também, portanto, o ser dos objetos, na medida em que é socialmente construído e estruturado em sistemas de significação. Isto implica que entender historicamente algo significa reconduzir este algo às suas condições contingentes de emergência” (Laclau, 1992, p. 53, tradução nossa).

¹² Pois repensar o lugar privilegiado do agente de ação política e suas especificações em relação ao capitalismo é expandir a política, antes enquadrada como, por exemplo, o partido – mais especificamente na segunda internacional (Laclau e Mouffe, 2015, p. 71-84).

¹³ Mostrar é um conceito derivado do texto de Ludwig Wittgenstein, no *Tractatus Logicus Philosophicus* (1921), no qual o filósofo acredita que “Lo que llamamos realidad no está formado sólo por los hechos existentes, sino por la totalidad de ellos (es decir, los hechos que ocurren fácticamente y los hechos posibles)”. Isso significa que o antagonismo “mostra” não somente a impossibilidade da suturação de uma identidade em identidade plena, mas também a possibilidade de uma realidade que não está dada. Cf. Martínez (2010).

identidade objetiva. Dessa afirmação podemos concluir que 1) enquanto sujeito político, não posso me constituir plenamente e, portanto, não possuo ou possuirei uma essência determinada e 2) este diagnóstico deve ser aplicado, conseqüentemente, às instâncias que são tidas por inquestionáveis, de modo a revelar, através do antagonismo, o caráter contingente de sua formação, a contingência que foi sedimentada e deve ser reativada ao fazer a genealogia destas instâncias até então consolidadas como pontos de condensação privilegiados¹⁴. No que se refere ao sujeito, o antagonismo é a prática que, ao mesmo tempo, mostra a contingência da identidade e a “bloqueia”, sendo, portanto, sua própria condição de possibilidade/impossibilidade, na medida em que a identidade só pode ser algo em relação à força que a antagoniza. Essa dupla relação – possibilidade e impossibilidade – é o que Laclau denomina “contingência” (*ibid*).

O que a contingência implica, portanto, não é um conjunto de relações puramente externas e aleatórias entre as identidades, senão a impossibilidade de fixar com precisão – ou seja, em relação a uma totalidade necessária – tanto as relações quanto as identidades. O que ocorre, portanto, neste caso, é um campo de identidades puramente relacionais, que – posto que as relações não formam um sistema fechado – não alcançam nunca uma constituição plena (Laclau, 1992, p. 37).

A contingência é o elemento que introduz a indecidibilidade na estrutura de toda objetividade (Laclau, 1992, p. 38), pois “o campo que havia sido previamente visto como governado pela determinação estrutural é permeado por indecidíveis, pode-se (podendo) ver a hegemonia como uma teoria da decisão tomada num terreno indecidível” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 38). O papel do sujeito, portanto, é o de *locus* entre uma decisão e o indecidível¹⁵: isso significa que, ao tomar uma decisão – assumir uma posição de sujeito, uma identidade – decide-se algo no campo onde a indecidibilidade é regra; optar por uma decisão significa deixar outras de lado, posicionar-se politicamente significa excluir aquilo que não é condizente com tal identidade. Esta atitude configura uma relação de poder se compreendermos por relação de poder uma situação onde há subordinação por uma parte e resistência pela outra.

Para Laclau, “a constituição de uma identidade social é um ato de poder e a identidade como tal é poder” (Laclau, 1992, p. 48), e esta tese se sustenta pelo argumento de que, enquanto uma

¹⁴ Os conceitos de “sedimentação” e “reativação” são provenientes de Edmund Husserl e são citados no prefácio da segunda edição de HES (2000) para dar conta de uma genealogia que não busque verdades primeiras, mas que aponte a historicidade que qualquer conceito que, com a sedimentação das condições de sua formação, foram esquecidas. Cf. Laclau e Mouffe (2015).

¹⁵ Os tradutores da edição brasileira de HES incluem uma nota sobre o termo, alegando que o termo, de herança derridiana deve ser compreendido como “polos de uma oposição ou as possibilidades de significação de uma dado termo/conceito num dado sistema de pensamento ou texto, que se apresentam como mutuamente excludentes, ao mesmo tempo em que um dos polos governa ou subjuga o outro, ocultando precisamente o momento em que o ato se deu. Ao mostrar que um determinado termo possuía um sentido que, se incorporado ao texto ou sistema, o implodiria, Derrida procura dar conta de dois movimentos fundamentais: primeiro, o de que o sentido predominante deste termo é contingente; segundo, que não se trata de escolher entre um e outro, ou realizar uma inversão ‘de baixo para cima’, mas de jogar com a ambigüidade e a subversão que os dois ‘lados’ permitem. Trata-se, assim, de mostrar que ‘em si’ os sentidos/limites possíveis de um termo ou sistema são indecidíveis e que todo arranjo estável que venha a prevalecer já terá sido resultado de uma decisão que não estava de modo algum dada nos termos da relação existente entre aqueles. Assim, não se trata da impossibilidade de decidir – sempre-já há decisão – mas de derivar uma decisão como exigência lógica de uma configuração estrutural ou de uma relação entre dois termos/sentidos/sistemas, de postular uma ligação não-contingente (e, portanto, reversível e questionável) entre um termo e seu sentido, entre um sistema e seus elementos constituintes” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 48-49).

identidade é constantemente ameaçada pelo antagonismo que a impede de realizar-se, para poder afirmar-se como uma objetividade significa que ela é capaz de reprimir aquilo que a ameaça. A capacidade de resistência da identidade é a afirmação de poder – o que confirma nosso argumento: o antagonismo não é possível em uma relação de *pura* subordinação, o antagonismo é uma relação entre sujeitos subordinados que, na sua posição de subordinados são da mesma forma sujeitos que resistem à subordinação. Assim, podemos compreender que, mesmo que o antagonismo seja a condição de impossibilidade da identidade que antagoniza, é ele mesmo constitutivo da identidade que subverte, como “o elemento de impureza que deforma e impede a constituição plena desta última” (Laclau, 1992, p. 44), mas que na mesma medida o torna objeto de resistência da constituição plena do outro.

O horizonte de compreensão do sujeito proposto por Laclau (1992) em NR é guiada não pela pergunta “quem são os agentes sociais?”, mas sim “até que ponto eles podem sê-lo?”. Tal proposta analisa as condições de possibilidade sob as quais uma identidade pode ser fixada, mesmo que precária e contingente, no campo discursivo. Sabemos que o antagonismo é uma delas, mas o conceito de “deslocamento” passa a ser desenvolvido como base na constituição de novas identidades na medida em que, é o elemento que não pode ser simbolizado, um evento emergente que “não pode ser domesticado” (Torfing, 1999, p. 301) e que conseqüentemente desestabiliza o discurso hegemônico em vigência, deslocando a plenitude da identidade no poder.

Consideremos que a hegemonia, enquanto processo articulatório estruturante, é a espacialização de um evento que propicia uma precária determinação. Um evento deslocatório é temporal e não pode ser espacializado na medida em que a contingência (temporal) é o oposto da determinação (espacial). Ou seja, não é possível inserir tal evento em uma concepção teleológica; não é possível estruturar o evento; não é possível prever o evento e, portanto, não é possível que após o evento, a estrutura permaneça a mesma, na medida em que o deslocamento transforma o interior de uma estrutura espacializada, constituída. Essa alegação significa, por fim, que por mais que a hegemonia faça referência a uma determinação espacial de um evento, na medida em que determina posições de sujeito e relações articulatórias, ao mesmo tempo ela está sujeita a eventos indeterminados da contingência; portanto, a espacialização hegemônica a temporalidade, na medida em que a estrutura da hegemonia se repete, mas a própria temporalidade a subverte, apontando que mesmo seu caráter espacial é temporal (Laclau, 1992, p. 58). Podemos concluir que o espaço, enquanto espaço discursivo (que por si só engloba as relações das práticas articulatórias e o caráter material dessas relações) no qual é possível determinar uma relação hegemônica é subvertido por eventos os quais não pode determinar, pois a própria determinação do espaço discursivo não era determinável em última instância.

Isso significa que a temporalidade (compreendida como contingência) do deslocamento pode ser entendida como *possibilidade*, na medida em que está livre de qualquer determinação. Nesse sentido, *displacement* é a possibilidade de novas formações sociais, emergindo como possibilidade distinta daquela formação discursiva determinada – ainda que parcialmente – por uma estrutura “suturada”, “centrada” na hegemonia em vigência. *Displacement* é traduzido então como descentramento, desestabilização ou, ainda, mudança.

Em NR, o deslocamento passa a ser condição de possibilidade do antagonismo, pois assume o papel central da desestabilização das relações de poder devido à sua contingência. A presença de forças antagônicas, por sua vez, consiste na *prática* do descentramento do poder. O antagonismo enquanto prática de afirmação de subversão e de poder mostra a historicidade do respectivo centro de

poder e sua contingência constitutiva. A possibilidade do deslocamento de um centro de poder implica na possibilidade mesma de mudança da configuração social, na medida em que, se o poder compreendido como centro pode ser deslocado, significa que esta centralização não é imutável, mas que são centros de poder *centralizados*, pontos nodais que, pela luta antagônica, pela emergência daquilo que o centro de poder excluiu, demonstram seu caráter contingente e “a historicidade do ser dos objetos se mostra assim mais claramente” (Laclau, 1992, p. 56).

O mundo é menos “dado” e tem, de modo crescente, que ser construído. Mas esta não é somente uma construção do mundo, senão que através dela os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identidades [...] o lugar do sujeito é o lugar da deslocação (Laclau, 1992, p. 57).

Se o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento, e o deslocamento é o ato de centrar e descentrar o poder, o sujeito é ele mesmo a possibilidade da mudança na formação discursiva hegemônica, na medida em que ao desconstruir uma visão de mundo “dada”, tem o papel como agente da possibilidade da mudança, da subversão, tem o poder – através da rearticulação de demandas que não estão predeterminadas – de ação enquanto sujeito. Só há sujeito porque há deslocamento (Laclau, 1992, p. 76, tradução nossa).

A relação do texto de Žižek com o conceito de Laclau “posição de sujeito” remonta à concepção de antagonismo puro (entre posições de sujeito), pois a noção mais amplamente desenvolvida de relação mútua de poder, retira – mas não completamente – o caráter de falta-a-ser do sujeito, na medida em que, no antagonismo de posições de sujeito, o outro não é o sintoma, senão o que tem poder de fazer resistência, enquanto que “o eu” teve, no primeiro momento, o poder de se constituir.

4 Considerações finais

A medida em que avançamos no texto de Žižek, a forte influência da teoria lacaniana do real, do imaginário e do simbólico mostraram-se indispensáveis para a compreensão das relações sociais, na medida em que a diferença entre um antagonismo puro e um antagonismo de relações sociais não estava especificado em HES. Resgatar o texto de Laclau e Mouffe para desfazer os nós conceituais do texto de Žižek não é um mero preciosismo acadêmico, senão a possibilidade mesma de compreender o salto dado por Laclau no texto de 1992 referente à sua compreensão dos eventos deslocatórios que emergem no campo social como contingência, alargando os questionamentos acerca dos limites do político e da ação emancipatória.

Portanto, a influência de Lacan em Žižek aponta no termo “posição de sujeito” de Laclau o fato de o “sujeito ser correlato de seu limite” (Žižek, 2000, p. 174), na medida em que está em contato com seu próprio limite ao assumir uma posição política, sendo o outro antagônico a “peça” sobre a qual se projeta esta impossibilidade de completude. O sujeito, segundo Žižek, é aquele que não pode ser integrado ao campo simbólico (discursivo) na medida em que o sujeito mesmo não é completo, e completar-se, subjetivar-se, positivar-se acarreta conseqüentemente na perda da identidade a qual se buscava afirmar – na mesma medida em que o campo discursivo para Žižek era compreendido como o campo da positividade. Entretanto, o conceito de antagonismo como constitutivo da identidade e

não como relação “unilateral” de poder é ampliado e em NR o sujeito enquanto posição de sujeito não pode ser considerado exclusivamente como falta, mas também como, em seu caráter relacional, uma identidade, sinônimo de poder e a resistência, enquanto o outro antagonico possui poder na medida em que o nega. O social por si mesmo é alargado em sua possibilidade de uma compreensão, por parte dos novos sujeitos, como campo da ação política em relação a diversos fatores considerados como pontos de condensação privilegiados e que se mostram contingentes.

As relações sociais são sempre relações contingentes e relações de poder, pois o poder não pode ser eliminado na medida em que ele é condição mesma, quando descentrado, do constituir de novas relações contingentes. O deslocamento passa a ter o foco principal como condição de emancipação não de um agente social específico – leia-se “classe operária” –, mas a emergências de fatores contingentes, retirado seu caráter “acidental” (e, portanto, não domesticável), é responsável pela proliferação de identidades em suas diferenças.

Salientamos que a problemática do sujeito em Laclau não está, de perto, resolvida. Consideramos o aspecto das posições de sujeito de acordo com as colocações lacanianas de Žižek, mas se optássemos por uma abordagem pós estruturalista – como o próprio Žižek alega ser a abordagem mais comum da problemática da teoria do discurso de Laclau e Mouffe – então nossos questionamentos poderiam ser acerca da estruturação do campo social enquanto discursivo e de como o sujeito pode ser pensado como interno ou externo à essa estruturação: o limite do social não seria a limitação do desejo de um sujeito como uma falta-a-ser, mas a passagem interior/exterior deste sujeito indeterminado necessitaria de um tratamento de abordagem linguística-discursiva que excede as concepções de metáfora e ficção, por exemplo, que utilizamos em nosso texto.

A constituição do sujeito como poder não nega o caráter do sujeito enquanto falta-a-ser, mas a compreensão da afirmação do “eu” como poder da abertura para que as lutas identitárias (pensadas diversas vezes como lutas neoliberais) tenham seu caráter subversivo incluído como parte da agenda do campo político-social da esquerda, remetendo não a um apagamento da problemática do capitalismo nas sociedades contemporâneas, mas tornando possível ler as novas identidades em seu potencial emancipatório e equivalencial como uma nova fonte de movimentação política na sociedade.

Referências

ALMEIDA, Rogério Miranda de. *Nietzsche e Freud: eterno retorno e compulsão à repetição*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ARDITI, Benjamin. *El reverso de la diferencia: identidad y politica*. Venezuela: Nueva Sociedad, 2000.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988. p. 354.

Disponível

em:

<

http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf >. Acesso em: 06 abr. 2018.

ETCHEGARAY, Ricardo. La ontología política de E. Laclau y Ch. Mouffe. *Nuevo Pensamiento*, Buenos Aires, v. 1, año 1, feb. 2011, p. 175-207.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1992.

_____. *New reflections on the revolution of our time*. London: Verso, 1990.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

_____. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

MARTÍNEZ, Horacio L. Alcance e pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein. *Ideas y Valores*, Buenos Aires, v. 59, n. 142, 2011, p. 111-130.

TORFING, Jacob. *New theories of discourse: Laclau, Mouffe, Žizek*. Brighton: G&G Editorial, 1999.

ŽIŽEK, Slavoj. Más allá del análisis del discurso. In: ARDITI, Benjamin (Ed.). *El Reverso de la Diferencia: Identidad y Política*. Caracas: Nueva Sociedad, 2000. P. 169-179.

_____. Más allá del análisis del discurso. In: LACLAU, Ernesto (Ed.). *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1992. p. 100-132.

Artigo recebido em: abril/2018

Artigo aprovado em: julho/2018

Camila Batista (camitangerine@gmail.com) é Mestranda pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) na área de Ética e Filosofia Política.

Horacio Luján Martínez (horacio4@hotmail.com) é Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

A Influência de Slavoj Žižek no Texto
***Nuevas Reflexiones Sobre La Revolución De Nuestro Tiempo*, de Ernesto Laclau**

Resumo. O objetivo deste artigo é apresentar a influência do artigo *Más allá del análisis del discurso* de Slavoj Žižek no texto de 1992 de Ernesto Laclau, *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. Por meio de uma análise do artigo de Žižek abordaremos a primeira parte do texto de Laclau, em que é afirmada a influência direta de Žižek. Em seu elogio à *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985), Žižek apresenta o ponto de convergência entre a teoria do discurso e a psicanálise lacaniana. Analisando a questão do antagonismo e das posições de sujeito, Žižek abre caminho para a abordagem presente na primeira parte de *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*, ao tornar necessário uma discussão pontual acerca dos limites do antagonismo e do papel do sujeito no processo hegemônico, tornando possível a afirmação da importância do termo “deslocamento” para a teoria do discurso.

Palavras-chave: antagonismo; posições de sujeito; deslocamento.

Slavoj Žižek’s Influency in Ernesto Laclau’s text
Nuevas Reflexiones Sobre La Revolución De Nuestro Tiempo

Abstract: The objective of this article is to present the influence of the article *Beyond the discourse analysis* from Slavoj Žižek in the text of 1992 of Ernesto Laclau, *New Reflections on the Revolution of Our Time*. Through an analysis of Žižek's article, we will turn to the first part of Laclau's text, which affirms the direct influence of Žižek. In her praise for *Hegemony and Socialist Strategy* (1985), Žižek presents the point of convergence between discourse theory and Lacanian’s psychoanalysis. Analyzing the issue of antagonism and subject positions, Žižek opens the way to the approach present in the first part of *New Reflections on the Revolution of Our Time*, making necessary a discussion on the limits of antagonism and the role of the subject in the hegemonic process, making possible the affirmation of the importance of the term "dislocation" to the discourse theory.

Key-words: antagonism; subject positions; dislocation.